

DIPLOMACIA

Novo avanço contra o racismo

Retomada de acordo com os EUA, que estava congelado, coloca Brasil na liderança do combate à discriminação pela cor da pele

» VICTOR CORREIA

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, deu, na semana passada, um dos passos mais importantes até o momento para a retomada de acordos de combate ao racismo a nível internacional. Em Salvador, ela assinou a retomada do acordo do Plano de Ação Conjunta para Eliminar a Discriminação (Japer, na sigla em inglês) com os Estados Unidos. O governo norte-americano foi representado pela embaixadora na ONU, Linda Thomas-Greenfield, que esteve entre terça e quinta-feira no Brasil.

Desde que assumiu, Anielle vem tecendo uma rede de acordos de combate ao racismo em suas viagens internacionais. Além dos Estados Unidos, a ministra esteve ainda em Portugal e na Espanha, onde firmou o mesmo compromisso.

Salvador foi escolhida como palco para a assinatura do Japer por ser a cidade mais negra fora do continente africano, e por ter sediado a formalização da primeira versão do pacto, em 2008. Anielle lembrou que o documento “ficou sem avanços por anos”.

Ao comentar o acordo, ela também destacou o trabalho que vem fazendo com outros países. “O Brasil, a partir de todas as articulações internacionais, também vem se tornando uma referência de políticas pela igualdade racial”, pontuou. Segundo a declaração conjunta divulgada pelos dois países, representantes de Brasil e EUA farão uma reunião em Brasília, em 23 de maio, para discutir de forma mais aprofundada os termos do acordo.

O Japer abarca os seguintes itens: cooperação entre

Ricardo Stuckert/PR



Anielle com o presidente Joe Biden, na ida aos EUA, em fevereiro. Nesta viagem, foi definida a retomada do Japer, assinado pelos dois países em 2008

universidades historicamente negras; o reconhecimento, pelos EUA, da Rede Internacional de Cidades Anti-Racistas, lançada pelo prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes; apoio norte-americano a projetos brasileiros; e um esforço conjunto pela preservação do Cais do Valongo, na zona portuária do Rio de Janeiro. O governo de Washington também anunciou, no âmbito do acordo, um aporte de US\$ 500 mil para inclusão de comunidades marginalizadas e carentes do Brasil.

Ao **Correio**, Linda Thomas-Greenfield afirmou que estava ansiosa pela retomada do acordo de cooperação contra o racismo. A embaixadora esteve em Brasília, onde conversou com autoridades, incluindo o chanceler Mauro Vieira, o assessor especial da Presidência para Assuntos Internacionais, Celso Amorim, e a primeira-dama Janja Lula da Silva. O tema do combate à discriminação racial esteve presente em todos os encontros.

“Este é um acordo que a ex-secretária de Estado Condoleezza

Rice assinou com o Brasil há quase 15 anos. E nós duas concordamos que está na hora de ser revitalizado”, explicou a diplomata. “Estamos ansiosos para trabalhar com o Brasil nessa questão. Aprendendo com a experiência daqui, mas também compartilhando a nossa experiência em lidar com o racismo”, acrescentou.

A retomada do acordo foi uma demanda defendida pelo movimento negro. Anielle tratou do resgate do Japer, pela primeira vez, durante visita aos EUA, em fevereiro, ao lado do presidente

Luiz Inácio Lula da Silva. Antes do encontro, ela recebeu um documento assinado por 11 entidades que representam o movimento negro, compilada pelo Washington Brazil Office (WBO).

Expertise

Em agenda na Europa, novamente acompanhando Lula, Anielle firmou acordos com Portugal e com a Espanha, que incluem a troca de conhecimento entre universidades, como dados em relação à população negra



“O Brasil está sendo pioneiro no combate ao racismo e na articulação para promoção da igualdade racial no mundo”

Ministra Anielle Franco, da Igualdade Racial

nos países e sobre os resultados de políticas públicas já aplicadas.

Segundo a ministra, o país tem experiência no combate ao racismo, apesar das dificuldades, e deve assumir a posição de liderança. “O Brasil está sendo pioneiro no combate ao racismo e na articulação para promoção da igualdade racial no mundo. Temos uma alta produção de dados para a formulação de políticas públicas, cuja experiência vamos compartilhar e distribuir com outros países”, explicou.

Questionada sobre o papel que o Brasil está assumindo nessa questão, encabeçada por Anielle, Greenfield comemorou. “Com certeza! Quem criticaria um país por estar tomando uma posição contra o racismo? O racismo é algo realmente trágico, que enfrentamos em todo o mundo. Sou afro-americana, tive minhas próprias experiências pessoais, crescendo com o racismo nos Estados Unidos. Estou muito feliz que o Brasil está enfrentando essa questão”, exultou.

CONGRESSO

CPI das ONGs: mais uma frente de ataque ao governo

» RAPHAEL PATI*

Governo e oposição se prepararam para mais um embate em uma comissão parlamentar de inquérito: a CPI das ONGs. O requerimento para a formação do colegiado foi lido há mais de um mês pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), mas somente na semana passada os partidos começaram a fazer a indicação dos parlamentares que a comporão. Com a perda de força da CPI do 8 de janeiro e a dúvida sobre a instalação da comissão que investigará o Movimento dos Sem Terra, na Câmara dos Deputados, integrantes da oposição começam a ver na discussão sobre a atuação das organizações não governamentais na Amazônia potencial para causar desgaste ao Palácio do Planalto.

De um lado, os adversários do governo argumentam que é preciso trazer à luz a atuação

das ONGs, que, segundo acreditam alguns parlamentares, estão na região para fazer doutrinação esquerdista das nações indígenas — sem contar que seriam um biombo para o contrabando de elementos de tecnologia. Pelo governo, os senadores enxergam na iniciativa uma maneira de propagandear a velha cantilena, que vem desde a ditadura militar, de que as ONGs na Amazônia são agentes de outros países interessados nas riquezas da região.

“A gente quer mostrar como que essas ONGs se beneficiam da Amazônia, com o aplauso de brasileiros, que não sabem que estão sendo saqueados, roubados, utilizados e manipulados. Essa é a nossa pretensão: alertar o Brasil e, quem sabe, a gente acaba alertando o europeu bem intencionado, que não dê mais dinheiro para essas ONGs”, disse o senador Plínio Valério (PSDB-AM).

A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) considera que a CPI das ONGs “carece de clareza” na delimitação do seu objeto. “Portanto, ficam inviabilizadas suas atividades por carcer essencialmente daquilo que preconiza a Constituição Federal: uma comissão parlamentar de inquérito tem de apurar fato determinado”, afirma.

Defesa

Mas, mesmo entre os indígenas, há quem defenda que a CPI deve ser instalada. A ativista e líder indígena do Xingu, no Mato Grosso, Ysani Kalapalo, critica a atuação das ONGs na região, que abriga 16 tribos diferentes. Inclusive, ela acusa a organização Associação Terra Indígena do Xingu (ATIX) de utilizar indevidamente os recursos repassados pelo Instituto Socioambiental (ISA) para cooptar e influenciar caciques na

Arquivo pessoal



Tudo o que essas associações fazem não pode ser contrariado. Qualquer pessoa que se manifesta contra elas é perseguida e ameaçada. Muitas vezes é em parceria com os indígenas, que cooptam e levam para Brasília, para discutir o interesse deles”

Ysani Kalapalo, ativista e líder indígena do Xingu

tomada de decisões estratégicas dentro das tribos.

“Tudo o que essas associações fazem não pode ser contrariado. Qualquer pessoa que se manifesta contra elas é perseguida e ameaçada. Muitas

vezes é em parceria com os indígenas, que cooptam e levam para Brasília, para discutir o interesse deles”, critica.

Procuradas pelo **Correio**, a Associação Terra Indígena do Xingu decidiu não se manifestar. Já

o Instituto Socioambiental (ISA) não respondeu às solicitações de informações até o fechamento desta edição.

*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

CORRUPÇÃO

Moraes vota para manter processo sobre Kassab

Em julgamento que já tem cinco votos pelo arquivamento de inquéritos que miram ex-prefeito e presidente do PSD, Gilberto Kassab, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), abriu divergência e defendeu que as investigações sobre suposta corrupção e lavagem de dinheiro sejam remetidas à Justiça Eleitoral de São Paulo para sua devida continuidade.

Kassab, atualmente, é secretário de Governo e Relações Institucionais do governo paulista,

além de ter indicado três ministros para o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva — Alexandre Silveira (Minas e Energia), Carlos Fávaro (Agricultura) e André de Paula (Pesca).

O caso é discutido no Plenário virtual da Corte. A análise sobre o futuro das investigações foi retomada após um pedido de vista de Moraes. O julgamento tem previsão de terminar dia 12. O placar está em 5 a 1 pelo arquivamento das investigações. Os ministros analisam um recurso da defesa

de Kassab, que alega justa causa para investigação, além de constrangimento em razão da duração das apurações.

O relator do caso é o ministro Dias Toffoli, que defendeu o arquivamento da investigação sob o argumento de que a Corte máxima tem que “evitar constrangimento ilegal consistente em investigação sem perspectiva de desfecho”. O posicionamento foi acompanhado pelos ministros Gilmar Mendes, Edson Fachin, André Mendonça e Kassio Nunes Marques.

“Não se pode olvidar que continua a pesar sobre o investigado o ônus do inquérito, que não pode suportá-lo indefinidamente, ao alvedrio da polícia e do Ministério Público, mormente quando

as investigações pouco ou nada avançam e, apesar de todos os esforços envidados nesse sentido, não se visualiza justa causa a ampará-las”, argumentou Toffoli.

“Prematuro”

Moraes, porém, considera “premature” o trancamento das investigações, sem conclusão delas. O voto segue parecer da Procuradoria-Geral da República, que entendeu que há “elementos probatórios que demonstram a existência de fatos típicos, além de indícios de materialidade e autoria delitivas”.

Além disso, o ministro argumentou que a competência para análise sobre o andamento das investigações é da Justiça

Eleitoral, “não cabendo, portanto, qualquer juízo de valor sobre o caso neste momento”.

A investigação se debruça sobre supostas propinas que teriam sido pagas a Kassab em 2008, em 2013 e em 2014 “em contrapartida a ter garantido a realização do ‘Túnel Roberto Marinho’ pela Odebrecht em 2008, bem como o enquadramento da concessionária Move São Paulo para emissão de debêntures incentivadas de infraestrutura e o enquadramento da Supervia para financiamento pela Caixa Econômica Federal no Pro-Transporte, em razão das funções por ele ocupadas: Prefeito (2008) e de Ministro das Cidades (2014), respectivamente”.

» Grupo critica demissão no MDH

O Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo considerou “injusta” a exoneração “intempestiva” do advogado Ariel de Castro Alves do cargo de secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Ministério dos Direitos Humanos. Segundo o coletivo, saída do cargo foi dia 4 e “surpreendeu a toda a sociedade, em especial às entidades de direitos humanos”. “Esperamos que o atual ministro (Silvio Almeida) encontre um substituto à altura”, cobrou, em nota, o grupo.